

Salário mínimo terá aumento real

Contudo, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, vincula o percentual à aprovação do arcabouço fiscal

DA REDAÇÃO E DO ESTADÃO CONTEÚDO

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, garantiu que o governo vai conceder reajuste real ao salário mínimo em 2024, como prometeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante a campanha eleitoral. O valor do aumento acima da inflação, contudo, vai depender da aprovação do arcabouço fiscal e da evolução das receitas.

“É óbvio que não há a menor chance de o Lula não dar aumento real do salário mínimo em 2024. Se tire de qualquer lugar, mas Lula não vai descumprir promessa de campanha sobre salário. O quanto de aumento real terá o salário mínimo vai depender da aprovação do arcabouço”, disse Tebet.

O PLDO de 2024 estima que o salário mínimo irá subir para R\$ 1.389,00 no próximo ano. Sem a aprovação de uma nova política de valorização do piso salarial, o valor da proposta considera apenas a correção pela inflação medida pelo INPC



Tebet: “não há a menor chance” do mínimo não ter reajuste real

neste ano, sem alta real.

Hoje, o piso nacional é de R\$ 1.302,00, mas o presi-

dente Lula prometeu aumento para R\$ 1.320,00 a partir de 1º de maio e criou

AO CONGRESSO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o envio da proposta de lei complementar do novo arcabouço fiscal deve ocorrer entre a hoje e amanhã. Segundo ele, a entrega do texto aos parlamentares depende da agenda da Casa Civil e dos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

um grupo de trabalho para discutir uma política de valorização permanente.

PARALISAÇÃO

A dependência do aumento real ao arcabouço se dá, segundo Tebet, pela margem pequena de recursos disponível, por causa do teto de gastos, caso a nova medida fiscal não seja aprovada no Congresso.

“Apenas 6% do orçamento são despesas discricionárias, ou seja, que o governo tem alguma liberdade. Os outros 94% são despesas

obrigatórias e não temos espaço de manipulação em relação ao orçamento. O teto ruiu, caiu e não existe mais. E precisamos do novo arcabouço fiscal”.

Nesse panorama, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 possui apenas R\$ 24 bilhões em recursos – que acabariam sendo utilizados para evitar o colapso da máquina pública.

Esse impasse orçamentário afetaria não apenas a manutenção e funcionamento dos órgãos, mas também políticas públicas consideradas prioritárias, segundo o Ministério do Planejamento.

“Todos os programas sociais ficariam comprometidos daquilo que se aprovou do ano passado para cá. Isso é o que nos anima que o Congresso terá sensibilidade de avaliar o arcabouço fiscal, que seria a saída que temos para cumprir aquilo que prometemos de responsabilidade fiscal com social”, declarou a ministra.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia **Caderno:** B **Página:** 1